

Governo manobra para ter vários concorrentes no leilão do Madeira

Disputa de R\$ 20 bilhões pode até ser adiada caso não haja competição

Editoria de Arte

Gustavo Paul, Mônica Tavares e Flávia Barbosa

• BRASÍLIA. Próxima da reta final, a novela envolvendo a construção das hidrelétricas do Rio Madeira — Santo Antônio e Jirau — está aumentando em suspense e emoção. Em jogo, a mais emblemática licitação do governo, que envolverá investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões. Nas últimas semanas, uma frenética movimentação nos bastidores mostra que a temperatura poderá aumentar até o leilão, já transferido de 30 de outubro para 22 de novembro. O governo está obcecado por garantir que mais empresas participem da licitação. Caso contrário, avisa, não descarta novo adiamento.

— Claro que será feita uma avaliação política se vale a pena ou não realizar o leilão, se, eventualmente, não houver tanta competição. Se não tiver competidores, o governo pode decidir não fazer o leilão — disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, informando que a decisão será tomada somente depois de lançado o edital e de inscritos os grupos no leilão.

A constituição do consórcio Furnas/Odebrecht se tornou uma dor de cabeça para as autoridades. O principal imbróglio foi a constatação de que as cláusulas de exclusividade assinadas com os fornecedores de turbinas limitam as chances de os demais concorrentes entrarem na disputa. Afinal, essas empresas, os principais fabricantes instalados no país (General Electric, Voith Siemens e Alstom), concordaram em 2006 em não se associar a outra companhia, mesmo se perdessem o leilão. Há a possibilidade de importação, mas perde-se o principal atrativo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC): o financiamento camarada do BNDES.

Odebrecht recorreu ao Cade na sexta-feira

O governo não quer que a concorrência termine travada por uma guerra de liminares. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, defende um acordo entre governo, empreiteiras e fornecedoras. E sugere que o Executivo está agindo para evitar a batalha:

— A possibilidade é que, se esse assunto for parar no Cade (Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência), ele tome medidas mais drásticas e não aceite que a construtora tenha (qualquer) contrato de exclusividade. Achamos que a melhor solução seria uma mais consensual do que a judicialização — ponderou, acrescentando que a determinação do governo é tornar a concorrência o “mais capitalista” possível.

A cláusula, chamada pelos concorrentes de “pecado original” e “cláusula do faraó” (que, quando morria, obrigava suas esposas a serem enterradas com ele), disparou uma cadeia de ações nos últimos meses. Desde março, a construtora Camargo Corrêa alerta as autoridades para o problema. Reuniões e correspondências colocaram o tema como o principal entrave.

No início deste mês, alguns concorrentes mostravam ao governo que entrariam na Justiça comum contra as cláusulas. A Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, decidiu em julho analisar o tema. No dia 11 de setembro, após ter sido procurado pela Camargo Corrêa, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, enviou uma carta à SDE pedindo uma decisão sobre as cláusulas, antes da publicação do edital. A decisão da SDE foi anunciada três dias depois: elas foram consideradas anticompetitivas e deveriam ser anuladas. A Odebrecht recorreu à Justiça e conseguiu sustar a medida.

O governo se mobilizou. Discretamente, o ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, acompanhado de técnicos da SDE, foi conversar com a juíza substituta da 1ª Vara Fe-

Saiba mais sobre as usinas

PRINCIPAIS PONTOS EM DISCUSSÃO

1 - Preços: governo quer que várias empresas disputem o leilão para forçar a redução do custo de energia durante os lances



2 - Cláusula de exclusividade: contrato da Odebrecht com fornecedores impede acesso de concorrentes aos fabricantes instalados no país



3 - Financiamento do BNDES: apenas as empresas estabelecidas no país poderão ter acesso a juros mais baixos



4 - Competição entre subsidiárias da Eletrobrás: existem dúvidas se empresas do mesmo grupo podem disputar o leilão entre si



5 - Limite para empreiteiras e fornecedores: governo quer limitar em 20% a participação delas na empresa que tocará a obra



6 - Questão política: o leilão precisa ser bem sucedido para referendar o modelo energético idealizado pela ministra Dilma Rousseff



PRINCIPAIS INTERESSADOS NO LEILÃO

- **Do lado do governo**
Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul
- **Iniciativa privada**
Odebrecht, Camargo Corrêa, Suez e Alusa
- **Investidores que entrarão depois do leilão**
Funcf, Petros e BNDESpar
- **Outros**
Cemig, Grupo Rede, Votorantim Energia, Vale do Rio Doce, Andrade Gutierrez, Light, CPFL e Neoenergia (*)

(*) participaram de reuniões técnicas ou de acordo com informações de mercado

O QUE ESTÁ EM JOGO

- A maior obra do governo Lula
- Retomada da construção de grandes hidrelétricas no país (a última foi Xingó em 1996)



FONTES: governo e mercado

Fundos de pensão querem ver o vencedor

Entidades tentam garantir entrada após resultado do leilão

• BRASÍLIA. Com dinheiro em caixa e cortejados por todos os investidores privados, os fundos de pensão querem garantir que o edital de licitação das usinas do Rio Madeira assegure sua participação nas obras só depois de conhecido o vencedor. Caso sejam obrigados a se associar antes do leilão, temem entrar no consórcio errado e perder o investimento. O negócio é cobiçado pelos fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica (Funcf) e da Petrobras (Petros). Os dois têm um patrimônio somado de R\$ 64 bilhões e estão à caça de oportunidades seguras de investimento a longo prazo.

— Estamos pleiteando no edital para entrar *a posteriori*. Não queremos deixar de participar e, por isso, não pretendemos escolher agora nossos parceiros — disse o presidente da Funcf, Guilherme Lacerda.

A meta dos fundos é ter uma participação significativa no empreendimento. Cada um almeja entre 10% e 20% do capital da Sociedade de Propósito Específico (SPE) que irá tocar as usinas. Para os fundos, investir em infra-estrutura é ótimo negócio, com retorno garantido por 30 anos e rentabilidade estimada de 12% ao ano. Com a queda dos juros, os investimentos em papéis do governo estão perdendo atratividade.

— É um investimento cujo risco é mínimo, é bem estruturado e casa com nossa necessidade de ter um fluxo de caixa de longo prazo — explicou Wagner Pinheiro, presidente da Petros.

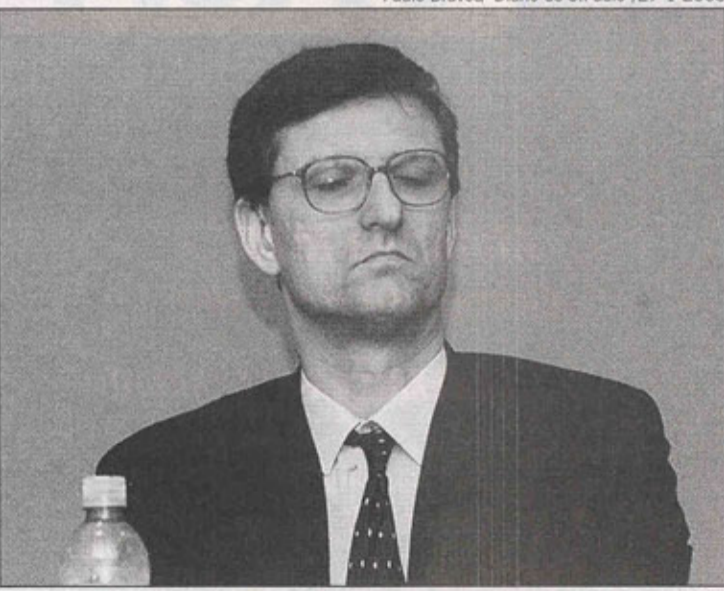
Além dos fundos, o BNDESpar — braço investidor do BNDES — pretende se somar aos vencedores do leilão. Essa é a modelagem que o governo está elaborando para capitalizar o vencedor da licitação e garantir os investimentos necessários às obras. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, revelou que a participação dos fundos deverá ser formalizada depois da publicação do edital da usina de Santo Antônio, prevista para outubro.

O ministro interino de Minas e Energia, Nelson Hubner, disse semana passada que espera a participação de quatro grupos no leilão da usina de Santo Antônio, cada um com uma das empresas do Sistema Eletrobrás — Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul. O único conhecido até agora é o Odebrecht/Furnas.

Do lado privado, além da Odebrecht, os principais protagonistas são a Camargo Corrêa, o grupo francês Suez e a Alusa. A secretária de Direito Econômico, Mariana Tavares de Araújo, aposta que as medidas tomadas para anular as cláusulas de exclusividade entre a Odebrecht e seus fornecedores incentivarão a presença desses concorrentes.

O entendimento dentro do setor elétrico é que o vencedor da disputa por Santo Antônio será o virtual ganhador da usina de Jirau, a ser licitada pelo governo em 2008. Afinal, ele terá ganhos de custos consideráveis sobre os demais concorrentes, além do conhecimento tecnológico. (Gustavo Paul e Mônica Tavares)

Paulo Bravos/“Diário de S.Paulo”/27-1-2003



TOLMASQUIM: “SEM competidores, governo pode decidir não fazer leilão”

deral, Pollyana Kelly Martins Alves. A secretária de Direito Econômico, Mariana Tavares de Araújo, que estava em viagem oficial ao México, antecipou a volta para acompanhar o caso. A liminar foi negada, e a decisão da SDE, restabelecida.

A Odebrecht, porém, deixou claro que não se entregará fácil: recorreu ao Cade na sexta-feira. A empresa também vai contestar a decisão da juíza Pollyana. A disposição pela briga

ficou ainda mais clara depois de a empreiteira ter ingressado com uma ação na Justiça de Nova York, para impedir que a americana GE quebre a cláusula de exclusividade.

“O governo tem pelo menos dois motivos para buscar competidores. Como se trata de um leilão reverso, o preço teto da energia só será reduzido com a disputa lance a lance.

— Quanto menos competição você tiver, menor a pos-

sibilidade de o preço baixar. A questão é basicamente preço — admite Tolmasquim.

Outra razão é política: o governo do PT, que sempre criticou a forma de privatização da Telebrás no governo Fernando Henrique, teria o constrangimento de admitir que o maior projeto do PAC, fundamental para garantir o fornecimento de energia na próxima década, teve de tudo, menos concorrência.

Camargo Corrêa rejeita alegação para exclusividade

A Odebrecht se defende, dizendo que os contratos de exclusividade são praxe no setor e que o governo foi pressionado pelos concorrentes. A SDE, segundo o diretor de Infra-estrutura da Odebrecht Investimento, Irineu Meirelles, tomou uma decisão política e sem critérios técnicos. A empreiteira acusa a concorrência, especialmente a Camargo Corrêa, de procurar informações estratégicas e confidenciais entre seus fornecedores.

— Isso não existe. A Odebrecht não ensina fabricante algum a fazer turbinas — reage João Canellas, diretor da Camargo Corrêa. ■